Revista Bioética
2022

Aspectos gerais

Publicada regularmente há 30 anos pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), a *Revista Bioética* vem contribuindo significativamente para a formação dos profissionais de saúde no Brasil. Considerando *ética* como intrínseca à melhor utilização da técnica, o periódico congrega público amplo, que não se restringe às especialidades da medicina ou às demais áreas de formação em saúde, mas estende-se a todos que anseiam discutir a correlação entre ética, saúde e sociedade.

Como principal veículo de difusão da bioética no país, a *Revista Bioética* fomenta a reflexão sobre os aspectos subjetivos das práticas em saúde, encorajando a tomada de consciência – pessoal e profissional – acerca dos valores morais implicados nas novas tecnologias. Ao estimular a compreensão sobre o significado, impacto e consequência do uso de tais recursos técnicos e tecnológicos, o periódico permite evidenciar a pertinência de sua utilização em uma conjuntura social específica, bem como sua adequação cultural a esse contexto.

O exame criterioso dos artigos editados nessas mais de três décadas demonstra que os trabalhos publicados revelam como a bioética se consolidou em nosso país. Como veículo pioneiro da produção acadêmica nacional, o periódico é – indiscutivelmente – o compêndio das ideias que conformaram a disciplina no Brasil. Seu caráter histórico para o campo da bioética, no entanto, em nada diminui o atributo que consubstancia sua essência: a ênfase na inovação.

A ideia de refletir e discutir os aspectos éticos das novas técnicas e tecnologias em saúde marcou a proposta que levou à criação da *Revista Bioética,* a qual se dedicou, desde o primeiro momento, a instrumentalizar os profissionais de saúde para responder a tais desafios. Assim, já em seu primeiro número, o periódico tratava de questões polêmicas e dilemáticas, auxiliando a compreensão desses temas complexos, relacionados tanto à forte mistificação, atribuída naquele momento aos recursos tecnológicos, quanto à subsunção dos aspectos sociais que incidem direta ou indiretamente sobre os indicadores de saúde.

Quando se acompanha a produção acadêmica brasileira desde os primórdios da disciplina, é possível observar que de início se limita essencialmente a discutir o impacto das pesquisas e da introdução de novas tecnologias na clínica. Foi a partir desse fórum, assimilado da proposta estadunidense para a disciplina [1,2], que a bioética brasileira foi alcançando progressivamente perspectiva autóctone, a qual se notabiliza pela inclusão da dimensão social na reflexão do campo. Esse processo, que em grande medida decorreu da crítica atinente à Reforma Sanitária brasileira [3], foi consagrado com a promulgação da *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos* [4], que notabilizou a reflexão sobre a dignidade humana nas dinâmicas coletivas [5], redimensionando-as nos níveis local e global, para grupos, segmentos, populações e povos.

Essa conquista expandiu notavelmente o âmbito de atuação da bioética, abrindo a disciplina, que até então se restringia à perspectiva da prática profissional em saúde, à dimensão de campo interdisciplinar de produção de saberes. Esse novo espaço sistematizado pela disciplina congrega as grandes áreas do conhecimento, confrontando-as e ao mesmo tempo facilitando o diálogo entre elas. Com presença marcante nas áreas de biomédicas e das humanidades, mas já apresentando também traços de incursão pelas engenharias, especialmente na perspectiva ambiental, a bioética passa a caracterizar-se – indiscutivelmente e por excelência – como *campo interdisciplinar* [6].

Ao facultar o contato entre essas áreas, a *Revista Bioética* estimula a recém-engendrada vocação do campo de promover a compreensão mútua acerca da interpretação da realidade que cada área construiu a partir de seu conhecimento particular. A seleção eclética e extremamente requintada de *peer review* para análise de cada artigo reforça esse aspecto, ao permitir que os trabalhos sejam vistos pela perspectiva de profissionais de variadas áreas de formação e atuação, cuja experiência de trabalho e temática de estudo podem contribuir para o aperfeiçoamento dos artigos publicados. Isso confere ao periódico um olhar multifacetado, capaz de oferecer espaço de qualidade para a construção de campo de diálogo interdisciplinar.

Prover meios para que esses novos saberes possam emergir do diálogo interdisciplinar orienta a linha editorial da *Revista Bioética.* Assegurar espaço ao contato e à troca dialógica reafirma o papel do periódico, que, por sua linha editorial e quadro de colaboradores, se revela capaz de operar na interface da produção de saberes.

O campo e a *Revista Bioética*

A ampliação do campo da bioética [6-15] traz à tona a dinâmica das relações de poder das representações subjacentes ao conhecimento [9,16,17]. Ao agregar valor aos fenômenos, organizar hierarquicamente os valores e articular o discurso moral em torno da análise desses fenômenos, a bioética põe em relevo a ambiguidade da produção do conhecimento: em um sentido, o discurso de cada área reporta-se ao conhecimento técnico produzido internamente pelo uso de suas ferramentas peculiares e, em sentido contrário, exprime a especificidade do *ethos* da própria área, ao projetá-lo nos métodos e técnicas que utiliza para produzir o conhecimento [9,16,17]. Tal processo reflete – exatamente – a visão que orienta a política editorial da *Revista Bioética*: *fomentar a discussão multidisciplinar e plural* [18] para produzir saberes adaptados à realidade profissional e, sobretudo, sociocultural.

Ao contrário do que se previa na ocasião em que se consubstanciou a mudança no âmbito de atuação da bioética, a incorporação da dimensão social não restringiu os marcos tradicionais da bioética clínica, mas, ao contrário, fortaleceu-os fomentando ainda mais essa linha de reflexão. Ao estimular a problematização acerca do axioma fundante do campo – o principialismo –, o processo permitiu relativizar o determinismo atribuído a esses marcos [19], além de possibilitar o questionamento e aprimoramento dessas ferramentas, incorporando outras bases teóricas, como as emanadas dos direitos humanos e de outros modelos deliberativos em saúde [20,21].

Pela análise exaustiva [3,5,6,10-12,14,22-24], o principialismo tornou-se mais coerente e focado, deixando de ser interpretação unívoca de todos os fenômenos relacionados ao campo da saúde e recuperando seu papel de guia básico para avaliar a eticidade dos processos ligados às práticas profissionais em saúde, nos âmbitos da clínica e da pesquisa. Ao discutir esse processo e incentivar a reflexão bioética engendrada nas últimas décadas, o periódico dá visibilidade a processos e temas alheios à clínica, possibilitando a compreensão da interdependência entre saúde e sociedade.

Nascida das insatisfações com as respostas do principialismo e com os limites paternalistas da deontologia, a bioética social – brasileira e latino-americana – vem contribuindo para o desenvolvimento sem precedentes do campo. Mediante criteriosa análise de processos e sistemas de saúde, esse conjunto de propostas teórico-analíticas considera as desigualdades de acesso ao tratamento como mais um subproduto das condições sociais de cada contexto, não apenas enfatizando a estreita relação entre pobreza e adoecimento, como fazem outras áreas do saber, mas também elaborando vigorosa análise ética, capaz de apontar as moralidades que endossam tais assimetrias e os poderes envolvidos nessa relação hierárquica.

Por apresentar e promover as diferentes vertentes teóricas da bioética e inserir seus argumentos em discussões voltadas para problemas brasileiros, a *Revista Bioética* vem se consolidando como o mais expressivo veículo do campo no país, apto a galgar a senda do mais alto reconhecimento acadêmico e profissional.

Características atuais da *Revista Bioética* e de seu processo editorial

Cumprindo rigorosamente um calendário trimestral, a *Revista Bioética* tem publicado anualmente, 80 artigos a cada volume, dentre artigos de pesquisa e atualização. Os trabalhos produzidos no Brasil têm origem diversa, sendo mais frequentes os oriundos de instituições de ensino, mas também se fazem presentes, de maneira esporádica, artigos produzidos na esfera dos comitês de ética em pesquisa, comitês hospitalares e outras instituições de todas as regiões brasileiras. É importante ressaltar que se faz representar por diferentes instituições e programas, das capitais e do interior, que se estendem das graduações em medicina, enfermagem, educação física, odontologia, à pós-graduação em saúde coletiva, ciências da saúde e, principalmente, em bioética. Esse conjunto heterogêneo de regiões, instituições e graus de formação acadêmica representado nos artigos publicados mostra a aceitação e penetração do periódico, bem como seu papel fundamental de instigar a reflexão ética em saúde em nosso país.

Publicar esses trabalhos, quando aceitos em todas as etapas da *peer review* com o mesmo rigor que os demais, atende ao corajoso compromisso do periódico com a formação profissional em ética aplicada. Contrariando os rígidos ditames que subliminarmente induzem as regras editoriais para publicações científicas, as quais atribuem qualidade maior aos periódicos que circunscrevem a publicação apenas aos autores com titulação no topo da hierarquia acadêmica, a *Revista Bioética* edita, lado a lado, trabalhos de livres-docentes, pós-doutores, doutores, mestres, especialistas, graduados e

até mesmo graduandos. Idealizados por grupos de diferentes composições, tais artigos refletem o pensar autônomo dos autores ou os resultados do processo de aprendizagem em uma disciplina, além de exprimirem achados de projetos de orientação na pós-graduação ou de trabalhos desenvolvidos por grupos de pesquisa, que reportam o diálogo inerente e indispensável à produção do conhecimento.

Corpo editorial e pareceristas *ad hoc*

O corpo editorial da *Revista Bioética* é atualmente composto por reconhecidos especialistas nacionais e internacionais em suas áreas de atuação, entre os quais muitos lidam com temáticas de interface no campo da bioética. Oriundos de diferentes países e distintas áreas de formação, integram o *board* do periódico médicos de diversas especialidades, enfermeiros, filósofos, biólogos, odontólogos, antropólogos, advogados, juristas, economistas e médicos veterinários, muitos deles também professores universitários, cuja afiliação institucional é indicada nas páginas iniciais de cada exemplar impresso, bem como na versão *on-line* [25].

Além dos integrantes do corpo editorial, a *Revista Bioética* conta também com um rol expressivo de pareceristas *ad hoc,* dispostos a contribuir com a avaliação de trabalhos. Cabe salientar que o número de colaboradores vem aumentando constantemente, dado que outros profissionais têm aceitado o convite editorial para avaliar artigos de suas áreas de formação.

Indexação

O rigoroso cumprimento dos requisitos de tipificação de artigos, aliado ao processo editorial de submissão de trabalhos, normalização e periodicidade, contribuiu para que a *Revista Bioética* esteja atualmente indexada em importantes bases de dados:

- Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs);
- Latindex;
- Periódica – Índice de Revistas Latinoamericanas en Ciencias;
- Directory of Open Access Journals (DOAJ);
- Sumários de Revistas Brasileiras;
- Scientific Eletronic Library Online (SciELO);
- EBSCOhost Online Research Databases;
- Directory of Research Journal Indexing (DRJI);
- ReadCube;
- Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc);
- Scopus.

Cumpre ressaltar que o periódico é filiado à Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec).

Atualmente, o *link* para a *Revista Bioética* em português é publicado no Portal de Revistas da Biblioteca Virtual em Saúde Pública Brasil (BVS), na página da SciELO (três idiomas), no Portal de Periódicos da Capes, além do *site* institucional do CFM, no qual a revista é apresentada também em inglês e espanhol, bem como pela Redalyc.

Publicação impressa e *on-line*

Os exemplares impressos são destinados, preferencialmente, à formação profissional e cidadã, sendo enviados de forma gratuita a todos os destinatários cadastrados. São bibliotecas de instituições de ensino superior registradas no Ministério da Educação (MEC), além de outras bibliotecas institucionais. Estudantes das disciplinas de bioética e ética médica, tanto nos cursos de graduação quanto de pós-graduação em bioética das diversas instituições brasileiras, recebem hoje a *Revista Bioética*, distribuída por seus professores.

Além dessas remessas, focadas diretamente no ensino da bioética nos níveis de graduação e pós-graduação, o periódico também é enviado a escolas médicas; comitês de ética em pesquisa registrados na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e comitês de ética médica; grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que trabalham com as temáticas "ética", "bioética" e "direitos humanos"; delegacias médicas; e associados adimplentes da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), entre outros.

A fim de consolidar a interface com a área do direito, são também destinatários dos fascículos impressos o Ministério Público dos Estados, o Ministério Público Federal e as Procuradorias da República – nos municípios e nos estados –. Compõem também o rol de destinatários dos fascículos impressos as defensorias públicas e núcleos de práticas jurídicas dos cursos de direito cadastrados no MEC.

A página *on-line* da *Revista Bioética,* disponibilizada no Portal Médico do CFM, permite o acesso gratuito a todo conteúdo dos artigos e, desde 2010, traz a versão integral em inglês e espanhol de cada número publicado. A *Revista Bioética* encontra-se disponível também em aplicativo para *tablet* e celular (em Itunes e Androide), cujo *link* é enviado por mala direta a 250.000 médicos; aos conselheiros federais; aos conselhos regionais de medicina e de outras áreas que têm interface com a bioética; às sociedades e escolas médicas, e aos integrantes da Red Latinoamericana y el Caribe de Bioética da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

No entanto, é importante considerar que, embora a publicação da versão eletrônica de periódicos em geral venha crescendo em todo mundo à proporção que diminui a divulgação da versão impressa, a impressão em papel ainda é necessária, especialmente por ser uma forma eficiente de tornar a revista de fato conhecida. A versão impressa da *Revista Bioética* torna tangível sua existência porque o fascículo vai até o leitor. Se publicada apenas em meio eletrônico, será lida somente por aqueles que a buscarem ativamente na internet, o que, paradoxalmente, reduzirá seu alcance, ao menos neste momento. Por isso, a manutenção da edição impressa ainda é estratégica para disseminar o periódico, cuja política editorial está embasada na difusão da bioética.

Processo editorial

No que diz respeito ao processo editorial propriamente dito, nesse percurso de mais de duas décadas, o periódico vem aprimorando o trâmite dos artigos, conforme exigem atualmente as instituições de indexação. Cada trabalho recebido passa por detalhado processo de avaliação editorial antes de ser endereçado ao exame dos pareceristas.

Além do processo básico de identificação, na fase inicial do trâmite editorial, os manuscritos são verificados quanto ao cumprimento das exigências de formatação (tamanho do texto e do resumo, apresentação ou não de títulos e resumos traduzidos, nome, *e-mail*, vínculo profissional dos autores, procedência etc.). Os trabalhos passam também por verificação em programa de detecção de plágio, para identificar cópias indevidas ou possíveis falhas na indicação de referências no corpo do texto ou ao final.

Após essa etapa inicial, o manuscrito é enviado à edição prévia, que busca aprimorar o trabalho, solicitando dos autores os ajustes e as complementações necessárias, tanto no conteúdo quanto na forma, no texto e nas referências. Além disso, são verificadas as palavras-chave no rol dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e sugeridos termos, caso os indicados pelos autores não constem daquele banco. Esse processo editorial que precede a *peer review* destina-se a qualificar a análise posterior dos pareceristas, os quais, ao serem desincumbidos dessas tarefas, podem focar sua atenção no conteúdo do trabalho. A leitura e edição prévias também são indispensáveis na seleção dos avaliadores mais adequados à temática de cada manuscrito.

Na avaliação dos trabalhos, adota-se o sistema duplo-cego, método baseado no reconhecimento da importância de que cada artigo seja examinado por três pareceristas aptos a entender e responder à complexidade das temáticas discutidas. Dado o caráter interdisciplinar que a bioética vem adquirindo, a maior parte dos trabalhos precisa ser examinada por especialistas de diferentes campos. Assim, considera-se pertinente enviar cada trabalho para profissionais com formação nas áreas concernentes ao tema do manuscrito, para aqueles que estudam a mesma temática e, ainda, para os especialistas em bioética, capazes de avaliar o conteúdo em seu aspecto geral. Na medida do possível, busca-se evitar que um mesmo parecerista avalie mais de um artigo em cada número do periódico.

É importante sublinhar que somente são publicados os trabalhos aceitos em pelo menos duas dessas avaliações e que *todas* as exigências dos pareceristas são tomadas em consideração e repassadas aos autores, mesmo nos trabalhos já aceitos em duas avaliações. Da mesma forma que se faz com cada uma das versões dos manuscritos (versão inicial, editada, ajustada pelo autor, revisada após parecer etc.), todos os pareceres são arquivados, e os autores recebem a versão consolidada e anônima das sugestões e exigências dos avaliadores, a fim de que possam fazer as correções e ajustes necessários.

Caso a avaliação solicite novo exame do parecerista ("reavaliar após modificações"), as considerações adicionais também são arquivadas. A data em que os editores recebem a última das duas

avaliações de aceitação do trabalho, que serão consolidadas no parecer enviado aos autores, é indicada no final dos trabalhos pela denominação "revisado". Da mesma forma, a data em que o manuscrito é devolvido pelos autores com as alterações solicitadas e aceito definitivamente para publicação pelos editores vem indicada pela palavra "aprovado", no mesmo boxe reproduzido ao final dos artigos, no qual consta ainda a data de submissão do trabalho pelos autores, indicada pelo termo "recebido".

As normas editoriais, publicadas em português ao final dos fascículos impressos e também nos demais idiomas (inglês e espanhol) na versão *on-line,* detalham os critérios de apresentação dos manuscritos nos aspectos referentes a conteúdo, formato e normalização, na informação pormenorizada do trâmite editorial [26-28]. Os trabalhos somente são publicados mediante autorização por escrito de todos os autores. O autor designado como responsável ou principal deve remeter esse documento por meio eletrônico e também por via postal. Os autores devem encaminhar ainda declaração relativa a conflito de interesse, que será publicada de maneira sintética no rodapé na página inicial do artigo. Caso o trabalho tenha sido submetido à apreciação por comitê de ética em pesquisa, o número do documento ou parecer deve ser igualmente informado.

Também colaboram com o periódico cinco empresas contratadas para a realização das tarefas de copidesque e revisão do português, tradução e revisão do inglês e do espanhol, diagramação, conversão para o formato XML e impressão [29].

Considerações finais

Esta breve apresentação das características e processos de trabalho da *Revista Bioética* permite ao leitor e pesquisador interessado entender a dinâmica instaurada no periódico, que busca atender a todos os quesitos de qualidade das fontes internacionais de indexação bem como aos critérios de classificação das instituições governamentais, encarregadas de estimular e fomentar o ensino e a pesquisa no país, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes-MEC) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI).

Pari passu ao empenho para concretizar esse processo contínuo de qualificação da *Revista Bioética*, os editores, corpo editorial, equipe técnica e pareceristas *ad hoc* que colaboram com o periódico manifestam sua determinação em refletir e discutir sob o prisma acadêmico e científico as questões candentes que afetam a sociedade brasileira e latinoamericana, relativas à dimensão da Saúde, tomada em sentindo amplo, procurando, assim, responder ao anseio por compreender estes temas, que afetam também, diretamente, as instituições, pesquisadores, professores e alunos que necessitam consolidar os parâmetros éticos de sua formação.

Consciente desse compromisso, assumido há mais de três décadas pelo Conselho Federal de Medicina, envidamos nossos esforços para o êxito da proposta, convidando a todos a conhecer, desfrutar e colaborar com a *Revista Bioética,* no intuito de construirmos juntos uma sociedade mais justa e equânime para todas e todos.

Referências

1. Reich WT. Encyclopedia of bioethics. New York: Free Press-Macmillan; 1978. p. 116.

2. Potter R. Bioethics. Bridge to the future. Englewood Cliffs: Prentice Hall; 1971. p. 2.
3. Porto D, Garrafa V. A influência da Reforma Sanitária na construção das bioéticas brasileiras. Ciênc Saúde Colet. [Internet]. 2011 [acesso 5 abr 2015];16(Supl.1):719-29. Disponível: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000700002
4. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. [Internet]. Unesco: Paris; 2005 [acesso 18 abr 2015]. Disponível: http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf
5. Hooft PF. Bioética y derechos humanos: temas y casos. Buenos Aires: Depalma; 1999. Parte 1, capítulo 5, Tecnociencia y derechos humanos; p. 70-5.
6. Porto D. Bioética de intervenção: retrospectiva de uma utopia. In: Porto D, Garrafa V, Martins GZ, Barbosa SN, organizadores. Bioética, poderes e injustiças: 10 anos depois. Brasília: Conselho Federal de Medicina/Cátedra Unesco de Bioética – UnB/Sociedade Brasileira de Bioética; 2012. p. 111.
7. Tealdi JC, director. Diccionario latinoamericano de bioética. Bogotá: Unesco/Universidad Nacional de Colombia; 2008.
8. Kottow M.Introducción a la bioética. Santiago de Chile: Editorial Universitaria; 1995. [Capítulo], Principios en bioética: principialismo; p. 72-6.
9. Kottow M. Contra la epistemología filosófica. Nuevos Folios de Bioética y Pensamiento Biomédico. nov 2014;15:5-20.
10. Schramm FR. É pertinente e justificado falar em bioética de proteção? In: Porto D, Garrafa V, Martins GZ, Barbosa SN, organizadores. Op. cit. p. 131-4.
11. Anjos MF. Bioética nas desigualdades sociais. In: Garrafa V, Costa SIF, organizadores. A bioética no século XXI. Brasília: Editora UnB; 2000. p. 49-65.
12. Oliveira MF. Feminismo, raça/etnia, pobreza e bioética: a busca da justiça de gênero, antirracista e de classe. In: Garrafa V, Pessini L, organizadores. Bioética: poder e injustiça. São Paulo: Loyola; 2003. p. 345-63.
13. Fortes PAC, Carvalho RRP, Tittanegro GR, Pedalini LM, Sacardo MDP. Bioética e saúde global: um diálogo necessário. Rev. bioét. (Impr.). 2012;20(2):219-25.
14. Diniz D, Vélez ACG. Bioética feminista: a emergência da diferença [comunicação]. [Internet]. II Feminist Approaches in Bioethics: 31 out-3 nov 1998 [acesso 21 abr 2015]; Tsukuba, Japão. Disponível: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/12006/11292
15. Oliveira AAS, Villapouca KC, Barroso W. Perspectivas epistemológicas da bioética brasileira a partir da teoria de Thomas Kuhn. Revista Brasileira de Bioética. 2005;1(4):363-85.
16. Durkheim É. Sociologia e filosofia. São Paulo: Forense; 1970.
17. Schramm FR, Anjos MF, Zoboli E. A questão das tendências epistemológicas ou de fundamentação. In: Anjos MF, Siqueira JE, organizadores. Bioética no Brasil: tendências e perspectivas. São Paulo/Brasília: Ideias e Letras/Sociedade Brasileira de Bioética; 2007. p. 30-56.
18. Revista Bioética. Políticas editoriais. Foco e escopo. [Internet]. [acesso 21 abr 2015]. Disponível: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/about/editorialPolicies#focusAndScope
19. Engelhardt Jr. T. Ética da ética clínica: reflexões críticas em face da diversidade moral. In: Pessini L, Barchifontaine CP, Hossne WS, Anjos MF, organizadores. Ética e bioética clínica no pluralismo e diversidade: teorias, experiências e perspectivas. São Paulo: Ideias e Letras/Centro Universitário São Camilo; 2012. p. 81.
20. Zoboli E. Bioética clínica na diversidade: a contribuição da proposta deliberativa de Diego Gracia. In: Pessini L, Barchifontaine CP, Hossne WS, Anjos MF, organizadores. Op. cit. p. 149-63.
21. Kipper D, Oselka G, Ayer R. Bioética clínica. In: Anjos MF, Siqueira JE, organizadores. Op. cit. p. 114-28.
22. Schramm FR, Palácios M, Rego S. O modelo bioético principialista para a análise da moralidade da pesquisa científica envolvendo seres humanos ainda é satisfatório? [Internet]. Ciênc Saúde Colet. 2008 [acesso 24 abr 2015];13(2). Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200011
23. Kottow M. Justificación por principios. In: Tealdi JC, director. Op. cit. p. 141-44.
24. Tealdi JC. Crítica latinoamericana. In: Tealdi JC, director. Op. cit. p. 153-6.
25. Revista Bioética. Equipe editorial. [Internet]. [acesso 12 abr 2015]. Disponível: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/about/editorialTeam
26. Revista Bioética. Normas editoriais. [Internet]. [acesso 12 abr 2015]. Disponível: http://portal.cfm.org.br/images/stories/revistabioetica/normaseditoriais.pdf
27. Revista Bioética. Normas editoriales. [Internet]. [acesso 12 abr 2015]. Disponível: http://portal.cfm.org.br/images/stories/revistabioetica/normaseditoriales.pdf
28. Revista Bioética. Editorial standards. [Internet]. [acesso 12 abr 2015]. Disponível: http://portal.cfm.org.br/images/stories/revistabioetica/editorialstandards.pdf
29. Revista Bioética. Equipe editorial. [Internet]. [acesso 12 abr 2015]. Disponível: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/about/editorialTeam